



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos**  
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio das**  
4 **Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**



7  
8 **Assembleia Ordinária do**  
9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR – 01/09/2017**  
10

11 No dia 01 de Setembro do ano de 2017, às 9h e 05 minutos em primeira convocação, na Sala de Gestão do  
12 7º andar da **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS-** Palácio das Araucárias,  
13 à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº- Bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi realizada mais uma  
14 Assembléia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS/PR**, para a qual os  
15 Conselheiros foram formalmente convocados. Num primeiro momento, procedeu-se a auto apresentação do  
16 plenário, visando a averiguação do quórum. **•Presenças-** Paulo Silvério Pereira (APAE), Maria de Lourdes  
17 P. San Roman (Superintendente de Assist. Social/SEDS), José Araújo da Silva (Ação Social do Paraná-  
18 ASP), Sérgio Francisco Bernardo (Usuário), Aurora da Aparecida dos Santos (Usuária), Vitória Suzana  
19 Skinzinski (Usuária), Sueli A. Zanatto Tupan (APAE), Dra. Danielle M. Vieira (Núcleo Jurídico- SEDS),  
20 Lindalane Mazza Casas (COHAPAR), Rosane Gonçalves (SEJU), Helen Oliveira Silva (APAE- Reg. Campo  
21 Mourão), Carina Suelen de Carvalho (CRESS- 11º Região), Rodrigo Jeferson Estevam (OAB), Mercy Ribeiro  
22 de Souza (SINDASP), Luiz Carlos de Castro Lopes (Sindicato dos Psicólogos do Paraná), Monique  
23 (Residente técnica/SE/SEDS), Juliana e Regina (Secretaria Executiva), Anamaria Batista (Procuradoria  
24 Geral do Estado- PGE), Viviane Aparecida Ribeiro Santos (SETI), Carla Regina Wingert de Moraes (APAE  
25 de Palmas), Lizandra Ap. Oldoni Zanela (CRP), Odelita Herbst Milanese (SEDS), Dr. Paulo Horácio  
26 (COGEMAS), Ricardo Michelli (SEDS), técnica Maiara Morera (SEDS), Dulce Darolt (SEJU), Carmen Zadra  
27 (SEDS), Carlos da Silva (Usuário), Keity da Cruz (Ministério Público), Helena Navarro Geiger (SEJU), Maria  
28 Letícia Z. Dellê (Política da Mulher/SEDS), Ana Claudia Machado (Política da Mulher), Camila Altoé (M.P).  
29 Como ponto inicial, os Conselheiros foram saudados pelo **Presidente Paulo e Vice-Presidente Maria de**  
30 **Lourdes. •Apreciação da pauta: com inclusões.** 1º) Participação no 45º Congresso Estadual das APAES  
31 do Paraná do PR; 2º)- Implementação dos serviços regionalizados de Proteção Social Especial; 3º) Convite  
32 para evento da Coordenação da Política da Mulher/SEDS. **•Pauta aprovada. •Apreciação da ata referente à**  
33 **Reunião de agosto- APROVADA. •Informes da Secretaria Executiva.** Justificativas de ausências: Flavia  
34 Bandeira e a Samanta Krevroruccka/ SEDS, Gladys Tortato/ SEDS, Karen Larissa/ SEED; José Araújo da  
35 Silva (ASP) e Lilian Cristina Brandalise (SESA) **•Ofícios recebidos:** ofício 167/2017 – CMAS de Cascavel -  
36 Encaminha Moção de Repúdio referente ao nº de Delegados para a XII Conferência Estadual; Ofício  
37 Circular 04/2017- CNAS - Solicita informações sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais (legislação  
38 específica e a quantidade de municípios que regulamentaram no PR). Protocolo 14.761.806-; OFÍCIO Nº  
39 075/2017 – CEAS RS, Informa participação do CEAS/RS no FONACEAS, Ofício nº 58/2017 – SNAS -  
40 Resposta ao ofício nº 109/2017 – CEAS, referente ao fechamento do CRAS no município de Tibagi –  
41 Protocolo 14.362.340-8 (encaminhado a CPSB dia 09/08); 05/2017 -CMAS São Jorge D'Oeste - Encaminha  
42 justificativa do não preenchimento do Censo SUAS – Conselhos - resposta ao ofício nº 153/2017 –  
43 CEAS/PR; Ofício nº 90/2017- COMAS Marialva - Resposta do ofício nº 135/2017 referente ao

44 preenchimento do SIMPETI; Ofício nº 237/2017 - PROLAR – Companhia de Habitação de PG - Informa os  
45 programas habitacionais de PG em resposta ao ofício nº 144/2017 – CEAS/PR; Ofícios nº 10 e 11/2017 –  
46 CMAS de Fazenda Rio Grande - Informa atualização de e-mail e encaminha para análise a Lei que cria o  
47 CMAS e o FMAS solicitando também apoio e o envio de material de apoio; Ofício 180/2017 - Secretaria de  
48 Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL - Indicação de representantes do CEAS/PR (titular e  
49 suplente) Marcos Venícios no lugar de Célia Regina Agner Soares e Rafael Felipe Lucas no lugar de  
50 Marcos Granado; Ofício Circular do CNAS - 039/2017- Informa sobre o prazo para inclusão no Cadúnico  
51 idosos beneficiários do BPC; Ofício nº 226/2017 - CMAS de Londrina - Protocolo 14.800.920-1- Moção  
52 contra os programas Criança Feliz e ao AFAI – Atenção as Famílias dos Adolescentes internados por  
53 medida socioeducativa – Deliberação CEDCA, Família Paranaense (encaminhado as coordenações  
54 pertinente para posterior apreciação pela comissão de políticas sociais); Ofício nº 167/2017 - SEMAS – São  
55 José Pinhais - Encaminha informação sobre o efetivo funcionamento do Centro da Juventude (encaminhado  
56 a CPSB por memorando); **•Informes Gerais-** ACESSUAS Trabalho - A Técnica Odelita Milanese -  
57 CPSB/SEDS, repassou informações sobre o referido programa nacional, relacionando-o a integração e  
58 promoção do mundo do trabalho com o campo da Assistência Social. Ressaltando o fluxo de atuação,  
59 detalhes do planejamento das ações, monitoramento e cumprimento das metas, citando ainda as  
60 legislações pertinentes do CNAS. Odelita informou também, sobre a realização da 1º oficina colaborativa  
61 ocorrida entre os dias 15 e 16/08, que teve como objetivo, a construção coletiva das diretrizes do programa  
62 para dar mais prioridade para o público prioritário. **•Relatório das Comissões •Comissão de**  
63 **Documentação e Rede. Relator:** Conselheiro Paulo Silvério - **2.1 – Apresentação do Sistema de**  
64 **Transferências e Apoio à Gestão – SISTAG – Cadastro de Entidades.** Apresentação do sistema SISTAG  
65 desenvolvido pela própria Secretaria, para transferência e apoio à gestão. Foi ressaltado que o mesmo está  
66 em fase de teste e foi colocado à disposição para 230 entidades que participaram do Edital de chamamento  
67 002/2017, de ações relacionadas à promoção dos direitos da criança e adolescente, onde essas entidades  
68 se utilizarão do sistema para inserir suas documentações e seus planos de aplicação. **Parecer da**  
69 **Comissão:** Verificar sobre as solicitações feitas para os CMAS de Londrina e Cascavel em relação aos  
70 sistemas por eles utilizados para monitoramento das Entidades, assim que as respostas cheguem passar  
71 para os integrantes da Comissão via e-mail. Solicitar ao CMAS de Curitiba a cópia diversificada de 10(dez)  
72 Planos de Ação de cada nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica, Média Complexidade e  
73 Alta Complexidade, para análise e estudo desta comissão em relação a uma padronização de  
74 acompanhamento. **Parecer do CEAS:** Aprovado encaminhamento com a realização da apresentação do  
75 sistema PMASWEB/SP pela CGS/SEDS na próxima reunião da comissão. Reenviar os ofícios ao CMAS de  
76 Londrina e Cascavel. Pediu a palavra a **Conselheira Lindalane (COHAPAR)**, avaliando que a Comissão  
77 necessita que esses dois sistemas sejam disponibilizados. O sistema em si é fantástico, mas não se sabe  
78 qual é o nível de informação que será disponibilizado aos Municípios. Os Conselhos Municipais precisam  
79 acompanhar através de um formato padrão. Esclareceu a **Conselheira Juliany Santos (SEDS)** apontando  
80 que através do SISTAG planejava-se construir uma plataforma eletrônica para a formalização de convênios.  
81 A proposta era reduzir o tempo de trâmites, precisando aprimorar o objetivo. O sistema do Estado de São  
82 Paulo em breve será conhecido e trata-se de uma forma de planejamento municipal. Na sequência,  
83 manifestou-se a **Vice Presidente Maria de Lourdes (SEDS)** afirmando que o SISTAG foi criado em função

84 da Lei do Marco Regulatório, contempla as ações com a rede socioassistencial e trará resultados  
85 gerenciais, inclusive de vigilância. Existem outros sistemas em construção como Fundo a Fundo, prestação  
86 de contas e é preciso criar facilitações. Na sua fala, a **Procuradora do Estado Dra. Anamaria Batista**  
87 apontou que é importante analisar todos os sistemas, tendo uma ideia das funcionalidades de cada um, e  
88 quais dados eles compartilham. •Registrada a chegada do **Conselheiro Cleyton Serafim dos Reis**  
89 **(Usuário)** •**Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo- Relatora-** Marcela Evangelista –  
90 **Pauta Permanente: Panorama do Incentivo Família Paranaense: INCENTIVO I DELIBERAÇÃO 42/13 -**  
91 **Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que referente a Prestação de Contas Final, 24 processos estão  
92 em análise no setor financeiro, 63 já foram analisados, 04 estão em análise na Unidade Técnica pois  
93 apresentam pendências nos documentos enviados e 09 solicitaram prorrogação de prazo. **INCENTIVO II**  
94 **DELIBERAÇÃO 28/15 -Relato:** A técnica Paula informa que referente a Prestação de Contas Final, 16  
95 processos estão em análise no setor financeiro, 27 já foram analisados, 04 estão em análise na Unidade  
96 Técnica pois estão com pendências nos documentos enviados e 08 solicitaram prorrogação de prazo.  
97 **INCENTIVO III DELIBERAÇÃO 05/16 - Relato:** A técnica Paula, informa que referente a Prestação de  
98 Contas Parcial, 46 processos estão em análise no setor financeiro, 97 já foram analisados, 07 estão em  
99 análise na Unidade Técnica e 04 municípios não enviaram a prestação de contas. **INCENTIVO IV**  
100 **DELIBERAÇÃO 38/17 - Relato:** A técnica Paula informa que será mensurado na sexta-feira (01/09) o Índice  
101 de Aderência dos municípios para embasar o pagamento da primeira parcela do Incentivo IV que ocorrerá  
102 em setembro. **Parecer da Comissão: CIENTE - Parecer do CEAS: Ciente - Prorrogação de prazo do**  
103 **Incentivo I - Município de Faxinal. Relato:** O município de Faxinal solicitou em 2016 prorrogação de prazo  
104 para uso do saldo do Incentivo I até o mês de maio de 2017. Tal pleito foi aprovado pelo CEAS por meio da  
105 Deliberação 74/2016. No entanto, o município não utilizou todo o saldo e envia ofício nº 93/2017,  
106 justificando que o Órgão Gestor vem buscando utilizar o recurso da melhor maneira possível. Sendo assim,  
107 solicita uma nova prorrogação de prazo até dezembro do ano corrente. A Unidade Técnica solicita ao CEAS  
108 a prorrogação do prazo até o mês de dezembro/17 para finalização do uso do recurso e apresentação da  
109 prestação de contas final pelo município. **Parecer da Comissão: APROVADO. Parecer do CEAS:**  
110 **Aprovado- Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense. Panorama do**  
111 **Renda Família Paranaense até AGOSTO 2017: O montante acumulado em 2017: 132.175 famílias - R\$**  
112 **22.796.723,00. O montante acumulado de Dez/13 a Agosto/17: 272.657 famílias – R\$ 122.548.003,00.**  
113 Recebemos retorno do MDS, no dia 22 de agosto, que a minuta do Plano de Trabalho seguiu para validação  
114 do gabinete. Enviamos nesta mesma data a lista de famílias beneficiadas pelo Renda Família Paranaense  
115 do mês de agosto de 2017 para emissão dos cartões pactuados, o qual Senarc nos respondeu por e-mail  
116 que verificaria a possibilidade de orçamento. **Parecer da Comissão: CIENTE - Parecer do CEAS: Ciente.**  
117 **Balancete Julho/2017.** A técnica Marcela apresentará direto na plenária.

118 **Parecer da Comissão: Ciente - Parecer do CEAS: Ciente - Alteração reprogramação de saldos.** A  
119 técnica Marcela apresentou a reprogramação dos saldos dos recursos de 2016 do IGDBF e IGDSUAS.  
120 **Parecer da Comissão: APROVADO -Parecer do CEAS: Aprovado. Sendo que os saldos do IGDSUAS**  
121 **de 2017 também serão utilizados na compra de equipamentos, além de outras ações. Fechamento**  
122 **Plano de Ação SIFF.**A técnica Marcela apresentou lista dos municípios que estão com plano de ação  
123 pendente: PPAS 2 – Araucária, Sarandi e Toledo; PPAS 3 – Jataizinho, Nova Cantu e Saudade do Iguaçu.

124 **Parecer da Comissão:** Solicitar aos ER's que façam visita *in loco*, para verificar os motivos das pendências  
125 de Parecer do Conselho e realizar as orientações necessárias para o fechamento do Plano e a manutenção  
126 dos repasses. Retornar ao CEAS até 20.09.17. **Parecer do CEAS: Aprovado - Demonstrativo Sintético**  
127 **2016.** A técnica Marcela apresentou o Demonstrativo Sintético do Exercício de 2016 do IGDBF e IGDSUAS,  
128 o de Serviços será apresentado na plenária. **Parecer da Comissão: APROVADO o Demonstrativo**  
129 **Sintético de 2016 do IGDBF e IGDSUAS.****Parecer do CEAS:** Os demonstrativos foram aprovados inclusive  
130 os de serviços. Encaminhar a comissão de financiamento a solicitação de revisão do texto das perguntas 8  
131 e 12 do questionário dos serviços. **Municípios bloqueados/suspensos.** A técnica Marcela apresentou a  
132 lista dos municípios que estão com repasses suspensos e que ainda não enviaram o extrato de 30.06.17, e  
133 a lista dos estornos dos repasses dos municípios por saldo superior a 12 meses. **Parecer da Comissão:**  
134 **CIENTE.** Encaminhar ofício aos municípios e CMAS solicitando o envio dos extratos de Junho-17 até  
135 20.09.17, para que os repasses possam ser realizados. Passar as listas para os Conselheiros e MP.  
136 **Parecer do CEAS: Aprovado - Benefícios Eventuais (SAS).** A técnica Odelita apresentou a proposta de  
137 repasse de recursos fundo a fundo, para Benefícios Eventuais, preferencialmente para Mulheres em  
138 situação de violência, para 209 municípios (140 PP 1, 55 PP 2, 14 MP), fazendo recorte daqueles que já  
139 possuem o PPAS 1 e daqueles já contemplados na Del. 51-2017, no valor total de R\$ 1.279.000,00, em  
140 parcela única. **Parecer da Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovada a minuta da**  
141 **deliberação. Protocolo: 14.751.909-5 – Deliberação 034/2012 – PAIF (CPSB).** A CPSB envia solicitação  
142 do município de Curitiba, referente a reprogramação dos recursos para o Serviço PAIF, deliberação nº 034-  
143 2012, para executar 100% do saldo em despesas de custeio. O CMAS aprovou a reprogramação e o  
144 parecer da CPSB é favorável. **Parecer da Comissão: APROVADO - Parecer do CEAS: Aprovado -**  
145 **(Inclusão de Pauta) - Protocolo 14.150.829-6 – Prestação de Contas Junho a Dezembro/2016 – PPAS**  
146 **IV, município de Rebouças.** A CPSE envia prestação de contas do município de Rebouças, referente ao 2º  
147 semestre de 2016 do PPAS IV, quanto a execução dos recursos para aquisição de ferramentas (carrinho de  
148 mão, cortadeira com cabo, enxada com cabo, machado, martelo 27 mm, martelo 20 mm, pá, vassoura de  
149 gari e rastelo), quando deveria ser utilizado para o Reordenamento do Serviço. **Parecer da Comissão:**  
150 **APROVADO a Informação Técnica nº 945-17 da CPSE quanto as Ressalvas.** Encaminhar ofício ao  
151 município e ao CMAS orientando que os recursos do PPAS IV devem ser utilizados no Reordenamento do  
152 Serviço e não para despesas de manutenção, e que as ferramentas adquiridas devem ser guardadas em  
153 espaço fechado, longe do alcance dos acolhidos por serem objetos de risco. Solicitar ao ER que faça visita  
154 *in loco* para verificar as condições desses equipamentos, onde são utilizados e se estão oferecendo algum  
155 tipo de risco aos acolhidos. **Parecer do CEAS: Aprovado. Solicitar ao ER a verificação das condições**  
156 **do equipamento e se o mesmo está de acordo com o plano de acolhimento e com posterior envio de**  
157 **relatório a este conselho.** Dirigindo-se ao plenário, a Secretária Executiva Juliana Muller apresentou a  
158 nova **Conselheira Nadir Pedroso** (Suplente- SINDASP). Após uma leitura minuciosa, os Conselheiros  
159 mostravam-se cientes dos balancetes apresentados. O ponto seguinte trouxe a fala do **Conselheiro**  
160 **Ricardo Michelli** (CGS - SEDS) que abordou um panorama da grande soma de recursos, parados em  
161 contas nos Municípios. Diante disso, o Governo Federal aponta que não existe necessidade de novos  
162 repasses. Assim, não é só o atraso mas é gritante a não utilização de muitos milhões que, se aplicados,  
163 minimizariam muitas situações. No seu papel, o Presidente desse Colegiado **Conselheiro Paulo Silvério**

164 **Pereira (APAE)** provocou algumas reflexões afirmando que é um grande desafio esse olhar que é preciso  
165 ter para com os Conselhos Municipais. Fazer com que algo mais funcione, tomar ciência desses recursos  
166 parados ou empenhados. Fazer um movimento para incentivar outros tipos de serviços, obrigando as coisas  
167 caminharem. O Conselho precisa apoiar, pensando em instrumentos mais rápidos; amadurecer um  
168 pensamento, visando garantir a baixa desses saldos. Sugeriu que a Comissão deverá elaborar um  
169 documento dirigido aos CMAS, visando instruir para demandar e gastar os recursos com transparência,  
170 antes que o Governo Federal solicite a devolução desses recursos. Completou a **Vice-Presidente Maria de**  
171 **Lourdes**, relatando que a equipe da SEDS recebeu um elogio na pessoa da **Conselheira Marcela (Grupo**  
172 **Financeiro)**. Tem-se uma situação muito confortável em relação aos outros Estados. Com relação às  
173 equipes. Ressalta-se que um dos grandes problemas de efetividade na utilização dos recursos é a questão  
174 dos Recursos Humanos. ●**Balancetes IGD- APROVADO- IGD- SUAS- Aprovado- IGD- Serviços-**  
175 **Aprovado- Capacita SUAS- Aprovado-** Resumo executivo com todas as receitas, despesas e saldos. Os  
176 Conselheiros sugeriram levar em consideração a forma de formular as perguntas, referentes ao questionário  
177 dos serviços. Por sua vez, a **Conselheira Marcela Evangelista** responsável pelo Grupo Financeiro da  
178 SEDS, procedeu uma chamada dos Conselheiros presentes e que aprovaram os balancetes e o  
179 questionário apresentado. Ela fará o necessário preenchimento e colocará os comentários. ●**Intervalo para**  
180 **o almoço.** ●Retomada dos trabalhos com a **Comissão Temporária da Conferência. Relator:** Coordenador  
181 Ricardo Michelli (SEDS) - **1. Ficha de inscrição dos Delegados para a Etapa Nacional:** Com vistas a  
182 otimizar a coleta e preenchimento de dados dos delegados (as) eleitos para a Conferência Nacional de  
183 Assistência Social, que será realizada em Brasília, nos dias 05 a 08 de Dezembro de 2017, o CNAS  
184 disponibilizou para conhecimento, o modelo da ficha de inscrição. Onde essas informações posteriormente  
185 deverão ser lançadas no sistema de apoio a Conferência – SISCONFERÊNCIA até o dia 06/11. **Parecer da**  
186 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 2. Ofício nº 167/2017 – CMAS de Cascavel** - O município  
187 encaminhou Moção de Repúdio ao CEAS/PR referente ao número restrito de Delegados para a XII  
188 Conferência Estadual de Assistência Social, ressaltando que o segmento usuários que deveria ser o  
189 protagonista nas conferências ficou de fora. **Parecer da Comissão:** Envio de ofício ao CMAS ressaltando  
190 que o nº de vagas de delegados, foram estabelecidas considerando o nº de municípios que integram a  
191 abrangência dos Escritórios Regionais da SEDS, garantindo pelo menos uma vaga por município, além de  
192 outros critérios, tais como: Adicional de 1 vaga por ER a cada 300 mil habitantes; porte do município;  
193 população dos municípios conforme dados dos Censo 2010 – IBGE; alternância de participação dos  
194 segmentos. Informar também, que conforme a Deliberação nº 028/2017 – CEAS, art. 1º, § 3º serão  
195 disponibilizadas vagas para 70 observadores, com direito a voz, que deverão realizar sua inscrição, por  
196 ordem de chegada e até o limite de vagas, no dia 04 de outubro de 2017, no local da XII Conferência  
197 Estadual de Assistência Social. Observadores deverão vir com a utilização de recursos próprios. Por fim,  
198 ressaltar que outras possibilidades de distribuição de vagas serão estudadas na próxima Conferência  
199 (especificar no ofício o número de vagas dos delegados, conforme a deliberação). **Parecer da Comissão:**  
200 **Aprovado - Parecer do CEAS: Aprovado - 3. Apreciação e aprovação dos nomes dos convidados**  
201 **para a XII Conferência Estadual de Assistência Social, indicação governamental e da sociedade civil/**  
202 **envio dos convites: Parecer da Comissão: - Convites:** Poder Legislativo, Poder Judiciário Ministério  
203 Público, Conselho Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, FONSEAS,

204 COGEMAS, Conselhos de Direitos, Secretaria de Estado que compõe o CEAS, Fórum Nacional dos  
205 Usuários – FNSUAS, FETSUAS, FOREAS. Alteração da data para a confirmação da presença dos  
206 convidados junto a SEC, para o dia 20/09. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4. Composição da Mesa de**  
207 **Abertura da Conferência: Parecer da Comissão:** - SEDS – Fernanda Bernardi Vieira Richa, Presidente  
208 do CEAS/PR, Representante do CNAS, Representante do MDS/SNA, Representante do Legislativo,  
209 Representante do Ministério Público, Representante do Judiciário, FETSUAS – Fórum Estadual dos  
210 Trabalhadores do SUAS, Representante do Segmento Usuário (a definir), Representante dos gestores  
211 Municipais (COGEMAS), Representante do segmento de entidades (FOREAS). **Parecer do CEAS:**  
212 **Aprovado. 5 . Participação na Reunião Trimestral do CNAS:** O CNAS encaminhou o ofício nº 16/2017,  
213 informando sobre a realização da Reunião Trimestral, agendada para os dias 12 e 13/09 em Brasília, tendo  
214 como tema central o processo conferencial 2017. Ofício recebido por e-mail no dia 14/08, com prazo de  
215 resposta até o dia 16/08. Convoca a participação do presidente do CEAS, ponto focal da relatoria da  
216 conferência e SEC. Dessa maneira, os seguintes conselheiros foram indicados: Paulo Silverio Pereira e  
217 Ricardo Michelli, além da SEC, Juliana Muller. Viagem custeada pelo CNAS. **Parecer da Comissão: Ciente**  
218 **- Parecer do CEAS: Ciente. 6 . SISTEMA CONSYS:** Os ER/SEDS já iniciaram o preenchimento das  
219 informações das Conferências Municipais no sistema CONSYS, onde até o momento foram registrados 157  
220 municípios. Algumas inconsistências com relação ao registro dos delegados foram verificadas, onde alguns  
221 municípios não elegeram o delegado no segmento indicado, de acordo com a Deliberação nº 022/2017 –  
222 CEAS/PR, gerando portanto vagas irregulares, que podem afetar a distribuição de vagas e o princípio da  
223 paridade. Os ER/SEDS foram orientados sobre a realização de contato com os municípios, para verificação  
224 da situação e a existência da possibilidade da realização de uma nova eleição. Foram orientados também,  
225 sobre o envio da informação a Comissão p/ a análise de todos os casos. **Parecer da Comissão: Ciente**  
226 **-Parecer do CEAS: Ciente. 7. Participação dos delegados eleitos na Conferência Estadual:** O  
227 ER/SEDS de Ivaiporã informa (através de e-mail recebido no dia 16/08), que o município de Lidianópolis já  
228 comunicou sobre a impossibilidade da participação do delegado titular e suplente na Conferência Estadual.  
229 Solicita orientação sobre as providências que o CMAS deverá tomar para manter a representação  
230 (segmento governamental). **Parecer da Comissão:** Envio de orientação por e-mail sugerindo que seja  
231 realizado nova eleição entre os delegados que participaram da conferência municipal, em foro próprio, com  
232 prazo de 10 dias de envio do resultado ao ER. **Parecer do CEAS: Aprovado. 8- Vagas irregulares:** O ER de  
233 Londrina encaminhou informação sobre as seguintes vagas irregulares nos municípios: **Cafeara** - vaga para  
234 trabalhadores do setor, eleito para o segmento governamental; **Assaí** – vaga para o segmento usuário,  
235 eleito para o segmento governamental; **Prado Ferreira** – vaga para o segmento trabalhadores do setor,  
236 eleita para o segmento governamental (coordenadora do CRAS/ recebe cargo de confiança); ER/ Curitiba:  
237 **Agudos do Sul** – vaga para entidades, eleito para o segmento governamental (o município informou que  
238 não terá tempo hábil para a realização de uma outra eleição). ER/ Cornélio Procópio: **Nova Santa Barbara**  
239 – vaga para governamental, elegeu p/ vaga não governamental. ER/ Campo Mourão: **Araruna** – vaga para  
240 o segmento usuário, eleito para o segmento entidades (o município ressaltou que não encaminhará o  
241 delegado, por falta de representação). **Parecer da Comissão:** Envio de orientação por e-mail sugerindo que  
242 seja realizado nova eleição entre os delegados que participaram da conferência municipal, em foro próprio,  
243 com prazo de 10 dias de envio do resultado ao ER. Onde, caso não seja realizado a nova eleição a vagá

244 ficará aberta. **Parecer do CEAS: Aprovado - 9- Informações do ER de Curitiba sobre a eleição dos**  
245 **Delegados:** O ER de Curitiba repassou as seguintes situações para conhecimento da comissão: **Bocaiuva**  
246 **do Sul:** o município teria direito a indicar 1 (um) Delegado (titular e suplente) do segmento de  
247 Trabalhadores e Organização de Trabalhadores do SUAS e elegeu Conselheiros Tutelares para preencher a  
248 vaga. Estes delegados foram cadastrados no sistema, tendo em vista que as orientações recebidas da  
249 Secretaria Executiva consideraram os mesmos como trabalhadores do Setor.- **Campina Grande do Sul:** a  
250 vaga do município é para o segmento Trabalhadores e Organização de Trabalhadores do SUAS. Na ficha  
251 de inscrição dos Delegados foi assinalado duas opções (segmento Governamental Municipal e segmento  
252 Trabalhador do SUAS). Em contato com o município fomos informados que houve um equívoco, assim foi  
253 registrado no sistema para o segmento trabalhadores do SUAS: **Campo Magro:** o município teria direito a  
254 indicar 1 (um) Delegado (titular e suplente) do segmento Governamental Municipal. Contudo elegeram  
255 representante do segmento Entidades e Organizações de Assistência Social. Este ER orientou o município  
256 que poderiam realizar uma reunião para eleger representante do segmento correto e o município realizou a  
257 mesma, enviando assim a Ata da Reunião realizada, juntamente com as inscrições e Termos de  
258 Responsabilidade dos novos Delegados eleitos. - **Cerro Azul:** o município teria direito a indicar 1 (um)  
259 Delegado (titular e suplente) do segmento Governamental Municipal. Contudo, o município elegeu, durante  
260 a Conferência Municipal, três Delegados no segmento Governamental, sendo dois titulares e um suplente, e  
261 um Delegado suplente do segmento para o qual não havia previsão (segmento dos Usuários dos Serviços).  
262 Nesse sentido, esta Regional entrou em contato com o município, no intuito de realizar a adequação à vaga  
263 correta, sendo determinado por eles os Delegados que de fato iriam representá-los na Conferência Estadual  
264 de Assistência Social, e estes foram inseridos no sistema. Importa ressaltar que entre os Delegados eleitos  
265 havia titular e suplente do segmento Governamental Municipal (vaga prevista pela Deliberação) e por isso o  
266 município optou pelos mesmos para ocuparem a vaga. **Colombo:** O município elegeu durante a  
267 Conferência Municipal um Delegado a mais que o previsto na Deliberação nº 022/2017 – CEAS, porém, do  
268 segmento correto. Nesse sentido, o ER entrou em contato com o município, no intuito de resolver a questão,  
269 sendo determinando quais Delegados de fato representariam o mesmo na Conferência Estadual de  
270 Assistência Social e estes foram incluídos no sistema - **Contenda:** O município realizou a Conferência  
271 Municipal fora do prazo máximo estabelecido (31 de julho de 2017), sendo esta realizada na data de 16 de  
272 agosto de 2017 e encaminharam o Instrumental corretamente no dia 28 de agosto de 2017.- **Fazenda Rio**  
273 **Grande:** O município elegeu durante a Conferência Municipal um Delegado (titular e suplente) a mais e do  
274 segmento não previsto pela Deliberação nº 022/2017 – CEAS. Nesse sentido, o ER entrou em contato com  
275 o município, no intuito de esclarecer a questão, sendo determinado pelo mesmo que esta Regional  
276 desconsiderasse a ficha dos Delegados eleitos inadequadamente. Cabe ressaltar que o município deliberou  
277 5 (cinco) propostas para cada eixo entre as deliberações para Estado e União, desconsiderando o previsto  
278 no Informe CNAS nº 2.- **Itaperuçu:** O município encaminhou o Instrumental da Conferência, acompanhado  
279 de a Ficha de Inscrição do Delegado e o Termo de Responsabilidade fora do prazo estabelecido para envio  
280 desta documentação. Assim, encaminharam documentação a esta Regional no dia 29 de agosto de 2017,  
281 sendo as informações lançadas no sistema. **Observações sobre o CONSIG:** Considerando as dificuldades  
282 desta Regional em incluir os dados dos delegados no sistema, já que, além de contarmos com 29 (vinte e  
283 nove) municípios, muitas fichas não continham os dados necessários para efetivação da inscrição, como,

284 por exemplo, data de nascimento. Nesse sentido, sugerimos que as informações solicitadas no referido  
285 sistema estejam em consonância com a ficha de inscrição do delegado. Esta iniciativa facilitará o trabalho  
286 dos responsáveis pelo preenchimento das informações. **Parecer da Comissão:** Ciente e aprovado o envio  
287 das solicitações por e-mail ao ER questionando os casos de Bocaiuva do Sul e Contenda. **Parecer do**  
288 **CEAS: Aprovado -10- Presença do CNAS na XII Conferência Estadual de Assistência Social -**  
289 Confirmada a participação da conselheira Rosângela Santos (vice-presidente) do CNAS informação  
290 recebida por e-mail no dia 29/08. **Parecer da Comissão: Ciente - Parecer do CEAS: Ciente - 11-**  
291 **Agendamento da Reunião extraordinária da Comissão via videoconferência.** Data definida: 18/09 a  
292 tarde Sugestão da 2º reunião: 25 a 29/09 - **Parecer da Comissão: Ciente - Parecer do CEAS: Ciente.**  
293 **•Comissão de Articulação, Comunicação e Mobilização. Relator:** Cons. Ricardo (colocar o relatório)  
294 **•Comissão do Processo Eleitoral. Relator:** Cons. Ricardo. Realizado análise do Edital do processo  
295 eleitoral da sociedade civil, com destaque e observação dos seguintes itens:**1) Da organização/**  
296 **Quantidade de vagas e distribuição de vagas (art.1º e art.2º): Número de vagas: 15 conselheiros**  
297 **titulares e 15 suplentes:** I – 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco) conselheiros suplentes do  
298 segmento de entidades; II – 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco) conselheiros suplentes do segmento  
299 de representantes de usuários e organizações de usuários; III – 5 (cinco) conselheiros titulares e 5 (cinco)  
300 conselheiros suplentes do segmento de trabalhadores do setor. **Parecer da Comissão:** Manter o número de  
301 vagas citado no art.1º e a distribuição de vagas por macrorregião no art.2º. **Parecer do CEAS: Aprovado.**  
302 **2) Etapas do Processo Eleitoral (art.6): Parecer da Comissão:** Será mantido a realização das etapas do  
303 Processo Eleitoral, sendo a 1º Etapa Regional e a 2º Etapa Macrorregionais. **Parecer do CEAS: Aprovado**  
304 **- 3) Dos candidatos e votantes (art. 14 – trabalhadores do setor e art. 17 ) Parecer da Comissão:** Será  
305 mantido a redação do art.14, somente com inclusão da especificação do período: “**Art. 14.** No segmento  
306 trabalhadores do setor poderão votar e ser votadas as organizações de trabalhadores que atuem  
307 profissionalmente no desenvolvimento de serviço, programa, projeto e/ou benefício de assistência social em  
308 entidades ou em órgãos governamentais exceto os detentores de cargos em comissão ou de direção, os  
309 servidores públicos com cargo em comissão ou direção, e as pessoas com parentesco de cônjuge,  
310 ascendente, descendente ou irmão do Chefe do Poder Executivo Municipal ou Estadual, **durante todo o**  
311 **período do mandato**”. Com relação ao art.17, a redação também será mantida. “**Art. 17.** Conforme  
312 estabelece a Lei Estadual n.º 11.362/96, será permitida apenas uma reeleição ao representante da  
313 sociedade civil”. **Parecer do CEAS: Aprovado - 4) Dos candidatos e votantes (art. 10):** A Comissão  
314 propôs alteração no Art. 10, conforme abaixo: **Parecer da Comissão:** “**Art. 10.** No segmento entidades  
315 poderão votar e ser votadas as Entidades, com inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social -  
316 CMAS ou com o seu serviço, programa, projeto e/ou benefício de assistência social inscrito no CMAS e no  
317 **Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.**”. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5)**  
318 **Do Registro das Habilitações e Candidaturas (art. 18 – relação dos documentos e o art.21, § 3º**  
319 **referente a comprovação do CNPJ):** A Comissão propôs a inclusão do comprovante de inscrição do  
320 CNEAS na relação dos documentos exigidos para a realização da inscrição do segmento entidades e a  
321 inclusão de um parágrafo único especificando a utilização das cópias autenticadas e simples dos  
322 documentos. Com relação ao art.21 § 3º, a comissão também decidiu manter a redação: “**§ 3º** Será  
323 permitido apenas um voto ou candidatura por pessoa, física ou jurídica, mediante comprovação por

324 CPF/NIS ou CNPJ”. No que diz respeito a relação dos documentos exigidos para o segmento usuários, foi  
325 sugerido a retirada do conceito “grupo de convivência”, pois este já é um serviço socioassistencial. Os  
326 demais artigos do edital permanecerão inalterados, com o envio da sugestão da unificação dos anexos por  
327 e-mail p/ análise da comissão. Será discutido na próxima reunião a composição da Comissão Eleitoral.

328 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:** Aprovado. •**Comissão de Políticas Sociais-**  
329 **Relatora Conselheira Dulce Darolt - 3.1 Pauta Permanente: Programa Criança Feliz - 3.1.1 Pauta**  
330 **Permanente: Cadastro Único para Programas Sociais:** A técnica Sílvia da PSB informou que no dia 07 a  
331 11 de agosto ocorreu a 1 capacitação de supervisores do Programa Criança Feliz, com vinte e cinco  
332 municípios, sendo os multiplicadores: Aline de Oliveira, Clecy dos Santos, Juratriz Ribas e Malvina Ferreira.  
333 A segunda etapa será sobre visitas domiciliares a ser realizada em setembro. Referente ao Cadastro Único  
334 e Programa Bolsa Família, a CPSB apresentou o panorama de atualização cadastral com referência ao mês  
335 de julho de 2017, com foco nas relações do BPC (idoso e pessoa com deficiência). Observou-se que  
336 aproximadamente 68,28% do total das famílias paranaenses listadas para atualização do CadÚnico já  
337 realizaram atualização cadastral do mesmo e 31,72% estão desatualizadas; sendo que, com relação ao  
338 BPC Idoso, 63,97% já atualizaram e 36,03% precisam atualizar o CadÚnico para manutenção do benefício  
339 até dezembro de 2017. Ainda, com relação ao BPC para Pessoas com Deficiência, 69,77% já atualizaram e  
340 30,23% poderão atualizar até dezembro de 2018. **Parecer da Comissão:** Ciente - **Parecer do CEAS:**  
341 Ciente - **3.1.2 – Inclusão de Pauta: Ofício Circular CNAS n 039/2017 o qual informa sobre o prazo para**  
342 **inclusão no CadÚnico de idosos beneficiários do BPC, prazo 31 de dezembro de 2017.** A CPSB  
343 apresentou na pauta permanente o panorama sobre a atualização cadastral do CadÚnico com recorte para  
344 beneficiários do BPC, ao tempo em que informou que periodicamente, esta pauta está sendo discutida junto  
345 aos demais conselhos e instituições intervenientes. **Parecer da Comissão:** Ciente. CEAS encaminhar ofício  
346 circular aos CMAS e aos Órgãos Gestores da Política de Assistência Social, informando sobre os prazos e  
347 procedimentos. **Parecer do CEAS:** Aprovado **3.2 - PAEFI Regionalizado – Altamira do Paraná Protocolo**  
348 **14.801.826-0** :A técnica Solange da PSE apresentou minuta de deliberação a aprovação do município de  
349 Altamira do Paraná, em substituição ao município de Jataizinho, para adesão ao cofinanciamento do  
350 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, em Centro de  
351 Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Municipal - Expansão Regionalizada. Alterando o  
352 quadro de municípios contidos no plano de regionalização dos serviços de proteção social especial do  
353 estado do Paraná – 2015/2018. A situação atual será encaminhada para conhecimento e adequação de  
354 repasses de recursos ao MDS. **Parecer da Comissão:** Aprovado - **Parecer do CEAS:** Aprovado - **3.3 -**  
355 **Aprovação do Plano de Aplicação das Ações estratégicas do PETI pelo CMAS:** A técnica Helena da  
356 CPSE informou que de acordo com a pactuação da CIT ocorrida em Junho deste ano, todos os municípios  
357 cofinanciados para as Ações Estratégicas do PETI (56 no Estado do PR) deveriam preencher o Plano de  
358 Aplicação e encaminhamento de ATA do CMAS de aprovação do Plano até 30/08. Quanto ao envio da ATA  
359 os municípios de Ponta Grossa e Paranaguá não enviaram. A mesma sugere envio de ofício aos CMAS dos  
360 municípios solicitando justificativas do não envio. **Parecer da Comissão:** Encaminhamento de Ofício aos  
361 CMAS de Ponta Grossa e Paranaguá solicitando justificativas do não envio das ATAS de aprovação ou não  
362 do plano de aplicação. **Parecer do CEAS:** Aprovado - **3.5 - Monitoramento da Implementação do**  
363 **Reordenamento das Instituições de Acolhimento de crianças, adolescentes e jovens do estado do**

364 **Paraná (2017):** A técnica Carla da CPSE apresentou relatório de monitoramento do reordenamento dos  
365 serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, no qual demonstrou-se que  
366 apenas 4 dos 104 municípios estão reordenados, 17 encontram-se com problemas e os demais encontram-  
367 se ainda em andamento com as metas pactuadas, apesar de faltarem apenas 6 meses para o fim do prazo.

368 **Parecer da Comissão:** 1) Encaminhar cópia do relatório integral ao MP (CAOPCAE) e TJPR (CONSIJ),  
369 para conhecimento e acompanhamento do processo de reordenamento nas comarcas. 2) Ofício circular do  
370 CEAS aos 104 CMAS e CMDCA solicitando acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos  
371 Municipais de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens. 3) Encaminhar ofício ao CEDCA com a  
372 proposição de que os itens 1 e 2 sejam efetivados de forma conjunta (ofício circular conjunto). **Parecer do**  
373 **CEAS: Aprovado - 3.6 - Monitoramento das ações de reordenamento dos serviços para adultos e**  
374 **Famílias:** A técnica Helena, da CPSE/SEDS apresentou o relatório de monitoramento de reordenamento  
375 dos serviços para adultos e famílias realizado em Julho de 2017, a partir de um formulário encaminhado  
376 pelo MDS e que foi preenchido pelos municípios. 13 municípios fizeram a adesão nos termos das  
377 Resoluções 03/2012, 06/2013, 02/2014 da CIT e 06/2012, 09/2013 e 11/2014 do CNAS. Nenhum dos 13  
378 municípios conseguiram concluir na íntegra o Plano de Reordenamento. O município que mais se  
379 aproximou dessa conclusão foi Londrina, o qual concluiu 32 ações, das 34 ações previstas de  
380 reordenamento, e na sequência os municípios de Umuarama, Piraquara e Fazenda Rio Grande que  
381 conseguiram concluir 30 ações. A maioria dos municípios apontaram que não há previsão para concluir as  
382 ações de acessibilidade, adequação do número de profissionais e espaço diferenciado para o acolhimento  
383 de grupos familiares. **Parecer da Comissão:** Ofício circular do CEAS aos 13 CMAS solicitando  
384 acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos Municipais de Acolhimento Adultos e Famílias.

385 **Parecer do CEAS: Aprovado -3.7 - Município de Ibema /PR – Plano de Providencias -** A Coordenação  
386 de Gestão do SUAS – CGS/SEDS apresentou o instrumental técnico que será utilizado na visita técnica no  
387 Município de Ibema, no dia 22 de setembro de 2017. O documento tem como objetivo identificar as  
388 situações insatisfatórias e subsidiar o plano de providências e apoio ao Município. O instrumental foi  
389 aprovado pela CIB/PR. **Parecer da Comissão:** Aprova o documento, recomendando adequações de acordo  
390 com o porte do município, para utilizações posteriores. **Parecer do CEAS: Aprovado - 3.8 - Política**  
391 **Habitacional do município de Ponta Grossa/retorno ao ofício do CEAS/PR -** O Município de Ponta  
392 Grossa apresenta ofício em resposta a solicitação do CEAS de apresentação de critérios para seleção de  
393 beneficiários para os programas habitacionais existentes, apontando que a prioridade do atendimento são  
394 as famílias que apresentam dependentes. **Parecer da comissão:** Encaminhamento de Ofício ao CMAS e  
395 ao Órgão Gestor do município de Ponta Grossa, solicitando informações quanto a elaboração do Plano  
396 Municipal de Assistência Social, qual o diagnóstico da pessoa em situação de rua – demanda/ necessidades  
397 que se refere ao acolhimento e habitacionais; qual a rede disponível no município para atendimento e se  
398 esta é suficiente. **Parecer do CEAS: Aprovado - 3.9 – Inclusão de Pauta: Desistência do município de**  
399 **Toledo a deliberação 051/2016 do CEAS.** A técnica Carmem da CPSE/SEDS apresentou justificativa do  
400 município de Toledo de cancelamento a adesão ao serviço de abordagem social e acolhimento institucional  
401 para pessoas em situação de rua. Justificando o limite prudencial para contratação de pessoal para  
402 execução do serviço e que só possui o serviço de abordagem no município. O CMAS se pronunciou ciente  
403 do cancelamento, tendo em vista a exigência da execução dos dois serviços. **Parecer da comissão:**

404 Encaminhamento de ofício ao CMAS e Órgão gestor solicitando informações quanto a demanda de pessoas  
405 em situação de rua no município, serviços ofertados e se possui parceria com OSC para oferta de  
406 acolhimento na modalidade – casa de passagem. **Parecer do CEAS: Aprovado, com a solicitação da ata**  
407 **da reunião do CMAS que aprovou anteriormente a adesão aos serviços. 3.10 – Inclusão de Pauta:**  
408 **Protocolo 14.749.821-7- SMAS de Umuarama- Centro da Juventude.** A Secretária de Assistência Social  
409 do município de Umuarama enviou ofício nº 265/2017, solicitando alteração das características mínimas do  
410 veículo descritas na deliberação do CEAS n 040/2017, referente ao incentivo Centro da Juventude- Paraná  
411 Seguro. Em resposta a informação técnica n 399/2017 do CPSB informa que deliberação CEAS nº  
412 068/2017 permite que o município opte pela aquisição de equipamentos e/ou veículo para transporte de  
413 pessoas. **Parecer da comissão: Ciente - Parecer do CEAS: Ciente.** Nesse momento foi dada a palavra  
414 para a técnica da SEDS, **Odelita H. Milanese** que relatou ser indispensável a atualização do Cadastro  
415 Único. O corte de benefícios será feito através de posições técnico-administrativas. As cinco Gerências  
416 Executivas do INSS, já tem acesso, cada gerência possui um posicionamento, porém compreende-se sobre  
417 a necessidade da manutenção desse 20% da base do CADÚNICO tem que ser através de visita domiciliar.  
418 A SEDS tem articulado com todos os Conselhos Estaduais. Dentro das atribuições do Estado, já estão  
419 sendo tomadas as devidas providências e é possível que sejam feitos atendimentos itinerantes. Pode  
420 atualizar quantas vezes quiser, porém o que não pode é perder os prazos. O Governo Federal já expediu  
421 inúmeras correspondências, mas o Poder Municipal precisa divulgar. Os maiores prejudicados serão  
422 sempre as famílias que voltarão para a fila de espera. **•Comissão de acompanhamento dos CMAS.**  
423 **Relator: Conselheiro Rodrigo J. Estevam (OAB) - 5.1 – Pauta Permanente: Panorama do**  
424 **Questionário de Avaliação do CMAS.** Após a atualização dos e-mails, o link de acesso foi reencaminhado  
425 aos CMAS no dia 17/08/2017, com prorrogação do prazo de resposta até 15/09/2017.No momento, 66  
426 municípios finalizaram, sendo 93 em andamento, em um total de 159. **Parecer da Comissão: Ciente -**  
427 **Parecer do CEAS: Ciente. 5.2 - Protocolo 14.787.680-7 – CMAS de Fazenda Rio Grande -O CMAS de**  
428 Fazenda Rio Grande enviou ao CEAS, através do ofício nº 010/2017, a Lei Municipal nº 959 de Maio/2013  
429 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social do município para avaliação no que diz respeito  
430 a criação do conselho e solicitação de indicação de materiais de apoio para reformulação no Regimento  
431 Interno. Após a análise dos documentos, a Comissão sugere o envio das seguintes respostas por ofício,  
432 além dos encaminhamentos de documentos técnicos do CNAS p/ subsidiar a orientação.- **Parecer da**  
433 **Comissão: Envio de ofício com as seguintes orientações: - Com relação a composição dos**  
434 **conselheiros governamentais:** Recomenda-se, conforme a Resolução nº 237/2006- CNAS que as  
435 secretarias dos indicados pelo chefe do Poder Executivo, sejam especificadas e que estas estejam ligadas  
436 às políticas sociais e econômicas, tais como: Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho e Emprego,  
437 Fazenda e outras.- **Com relação a composição dos conselheiros da sociedade civil:** Recomenda-se  
438 que seja indicado a proporcionalidade dos três segmentos (organizações e/ou representantes de usuários,  
439 organizações de trabalhadores do setor e entidades de assistência social. Onde na falta de representação  
440 de algum segmento da sociedade civil, conforme o art. **127 da NOB/SUAS** – 2012, a preferência ao número  
441 de vagas seja estabelecida aos usuários e representantes de organizações de usuários. E ainda sobre o  
442 processo eleitoral da sociedade civil, sugere-se que este seja desvinculado da Conferência Municipal,  
443 ocorrendo em foro próprio. Envio dos seguintes documentos técnicos: Cartilha do CNAS: Perguntas e

444 Respostas sobre o funcionamento e estrutura dos conselhos de assistência social; Cartilha do CNAS:  
445 Orientações Gerais para a adequação da Lei de Criação dos Conselhos às Normativas Vigentes ao  
446 exercício do Controle Social do SUAS; Resolução nº 237 de 14/12/2006 – Dispõe sobre a estrutura,  
447 reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social; Minuta do Projeto de Lei do SUAS do  
448 MDS/2014: Orientação aos municípios sobre regulamentação dos SUAS. **Parecer do CEAS: Aprovado,**  
449 **com envio da Resolução 014/2014, nota técnica conjunta CNAS/MDS e nota técnica CEAS. 5.3 –**  
450 **CMAS de São Jorge D' Oeste – Preenchimento do Censo SUAS** - Em resposta ao ofício nº 153/2017 do  
451 CEAS referente a solicitação de informações sobre o não preenchimento do Censo SUAS - módulos  
452 conselhos no ano de 2016 (conforme solicitação do CNAS) o CMAS de São Jorge D'Oeste encaminhou a  
453 resposta, através do ofício nº 05/2017, informando que o não preenchimento se deu por conta da  
454 sobrecarga de funções da SEC dos conselhos, que respondia pelo CRAS e pelo Programa Bolsa Família do  
455 município. Assim, a mesma na época perdeu o prazo do preenchimento. Atualmente, devido a estas  
456 dificuldades, ocorreu a troca da SEC, que está exclusivamente desenvolvendo ações para o conselho, onde  
457 o CMAS ressalta que o devido problema nunca antes havia acontecido e que portanto não voltará a ocorrer.  
458 **Parecer da Comissão:** Envio de ofício ao CNAS com as devidas informações do município. **Parecer do**  
459 **CEAS: Aprovado. •Relato sobre a reunião do COGEMAS- Dr. Paulo Horácio (SEDS)-** O técnico expôs  
460 que na ocasião apresentou-se o Plano Estadual, sendo entregues exemplares aos gestores presentes.  
461 Falou-se sobre a importância do CEAS-PR, enquanto instância de acompanhamento e controle social. É  
462 necessário que se tenha sempre forte a identidade deste Colegiado nos Municípios. Ocupar o espaço,  
463 fazendo-se presente através da representatividade dos Conselheiros. **Dr. Paulo Horácio** referiu-se também  
464 à reunião realizada em Brasília, a qual compareceu. No encontro do COGEMAS, ficou decidido que esse é  
465 uma entidade privada, com o apoio técnico do órgão gestor do Estado. Será construído um aplicativo móvel  
466 que será de extrema importância para o Conselho. Trata-se de uma ferramenta importante que junto terá  
467 um repositório de todas as deliberações. **•FONSEAS- A Vice-Presidente Maria de Lourdes San Roman**  
468 informou ter participado dessa reunião no Maranhão, um evento descentralizado. Comunicou ter sido levada  
469 a experiência da **Residente Técnica** aqui adotada. O atual contexto do país foi muito debatido e o Paraná é  
470 o único Estado que vive a experiência da residência técnica nas diversas áreas. Essa medida deverá  
471 também ser iniciada nos Municípios, dada a excelente contribuição dos residentes para o andamento dos  
472 trabalhos. O ponto seguinte foi o desenrolar da fala da conselheira e **Coordenadora da CPSE/SEDS,**  
473 **Juliany Santos** relatando o evento realizado em São Paulo, com pauta referente ao SUAS/SINASE  
474 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), tendo como debate a gestão das políticas públicas de  
475 Assistência Social e Socioeducativa. O evento foi considerado produtivo, evidenciando o momento atual.  
476 Em 2016, quando os grupos foram formados, alguns Municípios já haviam feito o aceite. A proposta ficou  
477 suspensa, até a mudança de gestores. Foram iniciadas as discussões com os Escritórios Regionais; alguns  
478 Municípios já fazem o atendimento, outros, como Londrina, já recuaram, mesmo com aceite no ano  
479 passado. Segundo a **Coordenadora Juliany Santos**, será feito contato para que os gestores definam se  
480 aceitam ou não. Na próxima assembleia será trazido o retorno. No FONSEAS, verificou-se que alguns  
481 Estados já estão devolvendo recursos; todos apontaram que a metodologia não foi adequada, existindo  
482 diversas tratativas. Foi anunciado que no Município de Irati, é desenvolvido um trabalho de excelência.  
483 Ainda existe a falta de um levantamento dos serviços, tarefa que nenhum dos Estados efetuou. Ressaltou a

484 **técnica Carmen**, a interface que existe entre a Casa de Passagem e o Centro POP. É inconcebível ter um  
485 sem o outro. Em certo momento, a Vice-Presidente Maria de Lourdes assegurou já existir uma Comissão  
486 formada para discutir serviços regionalizados na CIT. Ao referir-se à relação SUAS e SINASE, **Juliany**  
487 **Santos** informou da necessidade urgente de se ter alternativas para qualificar esse serviço. São Paulo tem  
488 parcerias com outras instituições: apresentou uma interface com o sistema de meio fechado, e tem uma  
489 visão geral quanto a oferta de serviços. Já existe um início de conversa com a SEJU, fazer casar as  
490 propostas e as realidades. Foi lembrado que essa demanda poderá surgir na Conferência: se todos os  
491 Municípios respeitarem os prazos, já se poderá ter a proposta formada. **Inclusões de Pauta: • 45º**  
492 **Congresso Estadual das APAES** dias 21 e 22/09, em Londrina. O Presidente **Paulo Silvério** representará  
493 o Conselho com validação do plenário. **Tema:** “Protagonismo das pessoas com deficiências”- Congresso a  
494 cada três anos. Da parte do **Conselheiro Carlos (Usuário)** veio a informação da sua participação num  
495 Fórum do Tribunal de Contas promovido pelo TCE, realizado em Londrina. Com a participação de 4  
496 palestrantes e auditório lotado, vieram importantes informações tais como recadastramento, fiscalização de  
497 contratos, orçamento público e outros. **• Implementação dos serviços regionalizados de Proteção Social**  
498 **Especial:** - A conselheira e técnica Carmen Zadra (SEDS), pontuou ser necessário considerar o movimento  
499 dos Municípios em reordenar os serviços, assim esse assunto deverá ser pautado na comissão de políticas  
500 sociais nas próximas reuniões para ampla discussão **• Evento referente à Política da Mulher em 25/09 –**  
501 A Dra. Ana Cláudia Machado, coordenadora da Política da Mulher/SEDS ressaltou a importância da  
502 utilização do benefício eventual para o atendimento as mulheres vítimas de violência, cofinanciamento este  
503 aprovado recentemente pelo CEAS. Finalizou a fala, realizou o convite para o evento da CPM/SEDS”  
504 Circulo de Palestras sobre a Garantia de Direitos e Assistência Social às Mulheres em Situação de  
505 Violência”, que se realizará no dia 25/09, na sala de Gestão do Palácio das Araucárias. **•Inclusão** - entrega  
506 do Plano Estadual aos Conselheiros, com documentário fotográfico do grupo. A presente ata foi gravada e  
507 redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues Costas, integrante da Secretaria Executiva/Conselhos.  
508 Foi digitada por Evelin Soares, sendo a Secretária Executiva a Assistente Social Juliana Muller. O  
509 documento após aprovado será publicado em Diário Oficial e inserido no site do CEAS/PR.